



Quinta-Feira, 19 de Fevereiro de 2026

## **Após prorrogação do contrato da Locar com a prefeitura, Dilemário vai acionar o MP e TCE**

**"Em 2025 os cuiabanos podem pagar 85 milhões pela coleta do lixo "**

Danilo Figueiredo do local e Márcio Eça da redação

O vereador Dilemário Alencar denunciou o novo contrato entre a prefeitura de Cuiabá e a empresa Locar Ambiental responsável pela coleta de lixo na capital.

No apagar das luzes da gestão do prefeito Emanuel Pinheiro, foi publicada a homologação para a assinatura de um novo contrato de R\$ 85,7 milhões com a empresa Locar Ambiental, responsável pela coleta de lixo em Cuiabá. O contrato, que promete estender a prestação de serviços por mais de uma década, foi realizado sem a devida transparência, deixando a imprensa e a Câmara Municipal de fora das informações.

O pregão eletrônico que resultou na escolha da Locar Ambiental foi conduzido sem a participação do poder legislativo e sem qualquer aviso prévio aos meios de comunicação da capital. A homologação desse processo foi publicada apenas na Gazeta Municipal nesta terça-feira, 27.

Essa atitude representa um desrespeito para com a população cuiabana, que, diariamente, expressa sua insatisfação com os serviços prestados pela empresa. É inaceitável que, no fim de sua administração, o prefeito em exercício tenha promovido um pregão eletrônico de forma tão opaca, visando perpetuar o contrato de uma empresa que é alvo de diversas críticas.

Diante dessa situação, estou encaminhando representações ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado, solicitando que o prefeito Emanuel Pinheiro seja impedido de assinar o novo contrato de coleta de lixo, resultante do pregão eletrônico nº 037/2024, realizado no dia 6 de novembro.

A população de Cuiabá merece transparência e respeito em todos os processos administrativos, principalmente quando o assunto é um serviço tão essencial e que impacta diretamente a qualidade de vida de todos.

